

## **Termos e Condições do canal de denúncia da plataforma +transparente**

*Atualizada pela última vez a 31 de março de 2022*

### Conteúdo

1. Aplicabilidade.....	2
2. Alterações .....	3
3. Serviço .....	5
4. Privacidade de Dados.....	5
5. Localização de Dados.....	5
6. Segurança dos Dados.....	6
7. Propriedade Intelectual.....	6
8. Confidencialidade .....	6
9. Limite de Responsabilidade.....	7
10. Links para Páginas de Terceiros.....	7
11. Responsabilidade dos Conteúdos da Página de Internet .....	7
12. Disposições Finais e Foro Competente.....	8

## 1. Aplicabilidade

- 1.1. O CLIENTE subscreveu o serviço da plataforma +transparente à empresa CLOSER e disponibiliza este serviço como canal de denúncias interno e/ou externo a todas as pessoas que pretendam fazer uma denúncia ao abrigo da Lei 93/2021.
- 1.2. Estes termos e condições aplicam-se à utilização da plataforma +transparente por parte do DENUNCIANTE.
- 1.3. A partir do momento em que o DENUNCIANTE utiliza a plataforma +transparente:
  - 1.3.1. O DENUNCIANTE concorda com estes termos e condições.
  - 1.3.2. O DENUNCIANTE tem consciência que a informação por si fornecida no registo e acompanhamento de uma denúncia terá influência no fluxo de tratamento respetivo.
  - 1.3.3. É criada uma identificação exclusiva para a denúncia, associando a informação fornecida no registo e acompanhamento da mesma.
  - 1.3.4. O CLIENTE é inteiramente responsável por garantir que as informações confidenciais presentes na plataforma são geridas de forma segura e apenas acessíveis a quem for autorizado para o efeito. A responsabilidade de danos causados por uma gestão incorreta dessas informações confidenciais é inteiramente do CLIENTE. Contudo, caso se detete ou se suspeite da utilização indevida da plataforma, essa informação deve ser comunicada imediatamente por quem disso tome conhecimento à parte interessada.
  - 1.3.5. Caso a utilização da plataforma +transparente seja feita por outra entidade autorizada pelo CLIENTE, este assegurará que a referida entidade tem conhecimento e concorda com estes Termos e Condições.
- 1.4. Caso O DENUNCIANTE não concorde com estes Termos e Condições, não está autorizado a aceder ou utilizar a plataforma e deverá parar imediatamente de o fazer.
- 1.5. O DENUNCIANTE não deverá utilizar a plataforma +transparente para outros fins que não sejam a denúncia feita de boa-fé, relativamente a uma infração sobre a qual tomou conhecimento.
- 1.6. O DENUNCIANTE concorda ainda que:
  - 1.6.1. Não deve ser obrigado a pagar quaisquer taxas ou outros encargos relativamente à utilização da plataforma +transparente enquanto DENUNCIANTE.
  - 1.6.2. Depois de submetida uma denúncia, não é possível eliminar ou alterar a denúncia original, ou quaisquer informações incluídas na mesma.
  - 1.6.3. O DENUNCIANTE pode, após solicitação do gestor das denúncias, no decorrer da investigação retificar, corrigir, completar, retirar, esclarecer as informações incluídas na denúncia original.
  - 1.6.4. A CLOSER não assume qualquer responsabilidade, caso o DENUNCIANTE tenha escolhido permanecer anónimo, na submissão de uma determinada

- denúncia e a sua identidade seja revelada, ou deduzida, no âmbito do processo de investigação.
- 1.6.5. É da responsabilidade do DENUNCIANTE fazer o acompanhamento das denúncias submetidas.
  - 1.6.6. A plataforma +transparente poderá enviar notificações ao DENUNCIANTE, em nome do CLIENTE, adstritas ao processo de denúncia por si instaurado.
  - 1.6.7. É da responsabilidade do DENUNCIANTE consultar e cumprir o enquadramento normativo disposto pelo CLIENTE.
  - 1.6.8. Os dados contidos numa denúncia serão tratados pelo CLIENTE, de acordo com a legislação em vigor nessa matéria.
  - 1.6.9. Qualquer consentimento ou declaração feita pelo DENUNCIANTE, através da plataforma +transparente é válida e vinculativa da sua vontade, podendo o CLIENTE confiar na boa-fé e integridade de tal consentimento ou declaração, sem necessidade de verificação da veracidade dos mesmos.
  - 1.6.10. O DENUNCIANTE garante que todas as informações e o conteúdo da denúncia são verdadeiros e corretos, de acordo com o seu conhecimento direto ou indireto dos factos alvo de denúncia.
  - 1.6.11. A CLOSER está isenta de qualquer responsabilidade decorrente de informações ou conteúdos associados a uma denúncia.
  - 1.6.12. A CLOSER não se responsabiliza pela incapacidade do DENUNCIANTE no acesso à plataforma +transparente para registo e/ou acompanhamento de denúncias.
  - 1.6.13. Qualquer reclamação relacionada com a utilização da plataforma +transparente deve ser dirigida ao CLIENTE.

## 2. O Denunciante

- 2.1. Para efeitos da presente política, entende-se por DENUNCIANTE a pessoa singular que denuncie uma infração com fundamento em informações obtidas no âmbito da sua atividade profissional, independentemente da natureza desta atividade e do setor em que é exercida.
- 2.2. Beneficia da proteção conferida pelo RGPD o DENUNCIANTE que, de boa-fé, e tendo fundamento sério para crer que as informações são, no momento da denúncia, verdadeiras, denuncie uma infração.
- 2.3. O DENUNCIANTE anónimo, que tenha recorrido à plataforma +transparente, que seja posteriormente identificado, beneficia da proteção conferida pelo RGPD, desde que satisfaça as condições referidas no número anterior.
- 2.4. Podem ser considerados DENUNCIANTES, os funcionários do CLIENTE, os prestadores de serviços, contratantes, subcontratantes e fornecedores, bem como quaisquer pessoas que atuem sob a sua supervisão e direção; os titulares de participações sociais e as pessoas pertencentes a órgãos de administração ou de gestão ou a órgãos fiscais ou de supervisão do CLIENTE, incluindo membros não executivos; voluntários e estagiários, remunerados ou não remunerados.
- 2.5. Não obsta à consideração de pessoa singular como DENUNCIANTE a circunstância de a denúncia de uma infração ter por fundamento informações obtidas numa relação profissional entretanto cessada, bem como durante o processo de recrutamento ou

durante outra fase de negociação pré-contratual de uma relação profissional constituída ou não constituída.

- 2.6. A proteção conferida pelo RGPD é extensível, com as devidas adaptações, a:
  - 2.6.1. Pessoa singular que auxilie o DENUNCIANTE no procedimento de denúncia e cujo auxílio deva ser confidencial, incluindo representantes sindicais ou representantes dos trabalhadores;
  - 2.6.2. Terceiro que esteja ligado ao DENUNCIANTE, designadamente colega de trabalho ou familiar, e possa ser alvo de retaliação num contexto profissional; e
  - 2.6.3. Pessoas coletivas ou entidades equiparadas que sejam detidas ou controladas pelo DENUNCIANTE, para as quais o DENUNCIANTE trabalhe ou com as quais esteja de alguma forma ligado num contexto profissional.
- 2.7. O DENUNCIANTE que apresente uma denúncia de infração às instituições, órgãos ou organismos da União Europeia competentes beneficia da proteção estabelecida no RGPD nas mesmas condições que o DENUNCIANTE que apresenta uma denúncia externa.
- 2.8. A denúncia ou a divulgação pública de uma infração, feita de acordo com os requisitos impostos pelo RGPD, não constitui, por si, fundamento de responsabilidade disciplinar, civil, contraordenacional ou criminal do DENUNCIANTE.
- 2.9. Sem prejuízo dos regimes de segredo salvaguardados pelo disposto no n.º 3 do artigo 3.º do RGPD, a pessoa que denuncie uma infração de acordo com os requisitos impostos pelo RGPD não responde pela violação de eventuais restrições à comunicação ou divulgação de informações constantes da denúncia.
- 2.10. A pessoa que denuncie uma infração de acordo com os requisitos impostos pelo RGPD não é responsável pela obtenção ou acesso às informações que motivam a denúncia, exceto nos casos em que a obtenção ou acesso às informações constitua crime.
- 2.11. O disposto nos números anteriores não prejudica a eventual responsabilidade dos DENUNCIANTES por atos ou omissões não relacionados com a denúncia, ou que não sejam necessários à denúncia de uma infração nos termos do RGPD.
- 2.12. É proibido praticar atos de retaliação contra o DENUNCIANTE.
- 2.13. Os DENUNCIANTES têm direito, nos termos do RGPD, a proteção jurídica.
- 2.14. Os DENUNCIANTES gozam de todas as garantias de acesso aos tribunais para defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos.

### 3. Alterações

- 3.1. A CLOSER e o CLIENTE reservam-se o direito de alterar estes Termos e Condições a qualquer momento, salvo alguma especificidade imperiosa, com efeitos imediatos.
- 3.2. O DENUNCIANTE, caso já tenha submetido uma denúncia, será notificado através de uma notificação no painel de seguimento das denúncias dessa alteração e lhe será solicitada uma nova leitura e aceitação dos termos e condições.
- 3.3. O DENUNCIANTE é responsável por garantir que tem pleno conhecimento da versão mais atualizada dos Termos e Condições. Ao continuar a aceder e a utilizar a plataforma +transparente a partir da data de alteração dos Termos e

Condições, o DENUNCIANTE aceita estar vinculado de livre vontade a esses Termos e Condições alterados.

3.4. Os presentes Termos e Condições foram atualizados pela última vez no dia 16/03/2022.

## 4. Serviço

4.1. A plataforma +transparente fornece um canal de recolha de denúncias via página de internet, criada especificamente para o CLIENTE. Esta página permite também uma comunicação bidirecional com o DENUNCIANTE, de forma anónima e/ou confidencial, consoante seja a decisão do próprio e de acordo com a legislação em vigor.

4.2. A plataforma +transparente fornece igualmente ao CLIENTE o acesso à aplicação de gestão de denúncias, incluindo os processos de validação, investigação, comunicação bidirecional com os diversos intervenientes (DENUNCIANTE, Visados, Investigadores, Testemunhas e outros intervenientes que se revelem necessários ao abrigo da lei em vigor).

4.3. A plataforma +transparente disponibilizará ao CLIENTE fluxos processuais, automatismos, relatórios, notificações e níveis de suporte, em função do plano e eventuais customizações adquiridas.

4.4. Na prestação do serviço, todas as comunicações feitas com qualquer interveniente a partir da plataforma +transparente, em nome do CLIENTE, são da responsabilidade do mesmo.

## 5. Privacidade de Dados

5.1. A confidencialidade e total integridade dos seus dados é uma preocupação constante para nós. Consulte a nossa Política de Privacidade para mais informação.

5.2. A plataforma +transparente está em conformidade com o RGPD (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados 2016/679).

5.3. A CLOSER é responsável por armazenar e processar todos os dados introduzidos na plataforma + transparente em nome do CLIENTE e, assim, constitui o processador de dados do CLIENTE.

5.4. O CLIENTE controla todos os dados processados e, assim, constitui o controlador de dados.

5.5. O CLIENTE é assim também responsável pelo cumprimento do RGPD, comprometendo-se a seguir as orientações para utilização da plataforma +transparente que sejam dadas e toda a legislação aplicável relacionada com DENUNCIANTES de infrações.

## 6. Localização de Dados

6.1. A CLOSER armazena os dados na *cloud AZURE* da *Microsoft* em *data centers* localizados no território da União Europeia.

- 6.2. Estes dados e respetivas infraestruturas são protegidos e mantidos de acordo com os standards mais elevados de segurança, respeitando as leis de privacidade aplicáveis, sendo periodicamente sujeitos a testes e auditorias por entidades externas.
- 6.3. A CLOSER não faz transferência de informações para um país fora da área de jurisdição da União Europeia, que não tenha sido formalmente designado pela Comissão Europeia como tendo os níveis adequados de proteção de informação.

## 7. Segurança dos Dados

- 7.1. Para além do dever de confidencialidade, a CLOSER tomou as medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger de forma adequada e em concordância com o RGPD (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados 2016/679) os seus dados pessoais.
- 7.2. Resumidamente a CLOSER protege a segurança dos dados pessoais através dos seguintes meios:
  - 7.2.1. uso de encriptação com certificado em toda a informação de websites e seus produtos *cloud*;
  - 7.2.2. implementação de uma política de segurança interna que abrange os processos de controlo de acesso, configuração, armazenamento, cópia de segurança, suporte, transmissão, auditoria, atualização da infraestrutura tecnológica e uma forte política de autenticação;
  - 7.2.3. compromisso de confidencialidade por parte dos seus colaboradores e subcontratados e que estes últimos só atuam de acordo com as instruções recebidas, através da formalização de um contrato ou outro normativo válido, com as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados que as impostas à CLOSER;
  - 7.2.4. formação constante aos seus colaboradores.
- 7.3. A plataforma +transparente opera e armazena os dados na *cloud AZURE Microsoft*, que garante os mais elevados níveis de segurança. ([LINK](#);[LINK2](#))

## 8. Propriedade Intelectual

- 8.1. De modo geral, qualquer produto disponibilizado para *download*, subscrição ou compra por parte do CLIENTE está protegido por direitos de autor da CLOSER e / ou de seus fornecedores.
- 8.2. Em particular, a plataforma +transparente contém direitos de propriedade intelectual da CLOSER ou de entidades terceiras.

## 9. Confidencialidade

- 9.1. O CLIENTE terá de assegurar ao DENUNCIANTE que no decorrer do processo de tratamento da denúncia, utilizará a informação disponibilizada, inteiramente para dar boa e devida prossecução à denúncia, cumprindo todo o enquadramento legal em vigor, respeitante à recolha e tratamento dos dados,

não utilizando esse tipo de informação para qualquer fim que não seja para o tratamento da denúncia em causa.

9.2.A Informação Confidencial será definida e classificada pelo CLIENTE.

9.3.Considera-se não se incluir como Informação Confidencial, aquela que:

9.3.1. seja ou se torne do domínio público;

9.3.2. esteja na posse legítima do DENUNCIANTE antes da sua revelação e não tenha sido obtida direta ou indiretamente;

9.3.3. seja legalmente revelada por terceiro sem qualquer restrição à sua divulgação.

9.4.Devem ser desenvolvidas por parte do CLIENTE e do DENUNCIANTE todas as diligências razoáveis para assegurar que a Informação Confidencial não é revelada ou distribuída pelos seus empregados ou agentes, em violação do presentemente estabelecido.

9.5.Nenhuma das partes envolvidas no processo de denúncia (CLIENTE e DENUNCIANTE) tem o direito de emitir um comunicado de imprensa ou outra declaração pública relacionada com estes Termos e Condições sem o consentimento prévio por escrito da outra parte.

## 10. Limite de Responsabilidade

10.1. A CLOSER não se responsabiliza, em nenhuma circunstância por danos causados pelo conteúdo ou dados inseridos na plataforma +transparente, que não tenham sido carregados pelos técnicos da CLOSER;

10.2. O limite da responsabilidade da CLOSER no que diz respeito a uma ou mais reclamações não poderá exceder o montante correspondente ao pagamento total feito pela licença da plataforma +transparente referente ao ano civil precedente ao eventual dano.

## 11. Links para Páginas de Terceiros

A CLOSER e o CLIENTE poderão disponibilizar links para páginas de terceiros no seu website e produtos. Estes sites podem não pertencer ou ser operados ou controlados pela CLOSER ou pelo CLIENTE e, por esta razão, a CLOSER e o CLIENTE não se responsabilizam pelo seu conteúdo. A utilização destes links é da responsabilidade de quem as utiliza.

## 12. Responsabilidade dos Conteúdos da Página de Internet

As informações existentes nesta página de internet são fornecidas pela CLOSER e pelo CLIENTE no estado em que se encontram e, até à máxima extensão permitida pela lei aplicável, são fornecidas sem qualquer tipo de garantia, expressa ou implícita. Embora as informações sejam tidas como corretas, podem incluir erros ou imprecisões, que serão oportunamente corrigidos quando julgados pertinentes pelo CLIENTE.

## 13. Disposições Finais e Foro Competente

- 13.1. Se o cumprimento das obrigações ao abrigo destes Termos e Condições não for possível por alguma razão de força maior, esta questão poderá constituir um motivo excecional de alteração de circunstâncias, que poderá isentar a eventual responsabilidade sobre danos ou sanções.
- 13.2. Caso uma entidade, legalmente competente para o ato, considere que algum dos pontos destes Termos e Condições não deva ser considerado à luz da lei aplicável, o ponto em questão e todos os outros que estejam relacionados serão alvo de revisão por parte da CLOSER, de forma a manter a estrutura, propósito e intuito destes Termos e Condições.
- 13.3. Estes Termos e Condições regem-se pela legislação vigente no ordenamento jurídico português. Para a resolução de quaisquer litígios emergentes do presente Acordo, designadamente quanto à sua interpretação, aplicação, validade, execução, cumprimento e seu termo, as partes atribuem competência exclusiva ao Tribunal da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.